

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE AGUDO-RS ¹

ONGARO, Marisa Dal²; SCHIRMER, Gerson Jonas³; MEURER, Ane Carine⁴

Recebido (*Received*): 26/02/2016 Aceito (*Accepted*): 14/05/2018

Resumo

Este trabalho visa apresentar algumas reflexões acerca da Educação Ambiental, em união ao aporte teórico da educação do campo sob a ótica do materialismo histórico-dialético em uma escola do campo no município de Agudo-RS. Para tanto, buscou-se refletir a respeito da importância da educação do campo, relacionando-a com a inserção da temática ambiental no processo de ensino-aprendizagem a partir de uma abordagem crítica. A partir das reflexões teóricas realizadas concluiu-se que para se ter uma formação de cidadãos críticos e responsáveis, empenhados numa real transformação social, do local-global-local, faz-se necessário a valorização do espaço onde estes vivem, respeitando os modos de vida de cada sujeito. Nesse contexto torna-se cada vez mais imprescindível se compreender a natureza enquanto totalidade, por meio da indissociabilidade ente o ser humano e a própria natureza em uma relação de dependência. Outro aspecto relevante é qualificar a formação especializada dos docentes que irão atuar nas escolas do campo, buscando realizar a reflexão sobre o contexto histórico-social e ambiental que vivem os educandos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação do Campo. Agudo-RS.

AN ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN A SCHOOL OF THE FIELD IN THE MUNICIPALITY OF AGUDO-RS

Abstract

This paper presents some reflections on Environmental Education, in union with the theoretical support of rural education from the perspective of historical and dialectical materialism in a rural school in the municipality of Agudo-RS. Therefore, we sought to reflect on the importance of rural education, relating it to the insertion of the environmental theme in the teaching-learning process from a critical approach. From the theoretical reflections carried out, it was concluded that in order to have the formation of critical and responsible citizens, engaged in a real social transformation of the global-local site, the appreciation of space it is necessary where they live, respecting the ways life of each subject. In this context, it becomes increasingly essential to understand the nature as a whole, by being inseparable humans and nature in a dependency relationship. Another important aspect is to qualify the specialized training of teachers who will work in schools in the field, seeking to carry out a reflection on the historical and social and environmental context living learners.

Keywords: Environmental Education. Rural Education. Agudo-RS.

UN ANÁLISIS DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN UNA ESCUELA DEL CAMPO EN EL MUNICIPIO DE AGUDO-RS

Resumen

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre Educación Ambiental, unido al aporte teórico de la educación rural desde la perspectiva del materialismo histórico y dialéctico en una escuela del campo en el municipio de Agudo-RS. Para ello, se buscó reflexionar sobre la importancia de la educación del campo, relacionándola con la inserción de la temática ambiental en el proceso de enseñanza-aprendizaje a partir de un abordaje crítico. A partir de las reflexiones teóricas realizadas se concluyó que, para tener la formación de ciudadanos críticos y responsables, dedicadas a una verdadera transformación social de lo local-global-local, se hace necesaria la valoración del espacio en el que viven, respetando los modos de vida de cada sujeto. En este contexto se hace cada vez más imprescindible entender la naturaleza como un todo, por medio de la indisociabilidad entre seres humanos y la propia naturaleza en una relación de dependencia. Otro aspecto importante es calificar la

¹ Este trabalho resultou da pesquisa realizada para disciplina de Educação Ambiental e Sustentabilidade do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM em consonância com o projeto de pesquisa do mestrado.

² Professora da rede municipal de Agudo-RS. Mestre em Geografia.

³ Professor da Universidade Federal de Santa Maria - Cachoeira do Sul. Doutor em Geografia.

⁴ Professora da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Educação.

formación especializada de los maestros que irán a actuar en las escuelas del campo, tratando de llevar a cabo la reflexión sobre el contexto históricos -social y ambiental que viven los alumnos.

Palabras clave: Educación Ambiental. Educación del campo. Agudo-RS.

1. Introdução

Uma palavra pode fazer diferença na vida de alguém, ela indica um caminho, ela constrói ou até mesmo destrói sonhos, perspectivas e conseqüentemente a compreensão do que somos ou o que nos tornaremos a partir das nossas escolhas. Com isso, percebe-se que um projeto de mundo engloba valores que a sociedade constrói com a cultura de seu povo, agindo e reagindo frente aos empecilhos encontrados diariamente. Na educação do campo tem-se a construção de uma formação que prepara as crianças para serem críticas, autônomas e também que respeitem as regras e direitos tanto dos colegas como das demais pessoas que as rodeiam, para isso é necessária uma construção de uma rotina. De acordo com Caldart:

Somos um ser de escolhas permanentes e delas depende o rumo de nossa vida e do processo histórico em que estamos inseridos. E as escolhas nem são apenas individuais nem podem ser apenas de um coletivo. Cada escolha é feita pela pessoa, movida por valores que são uma construção coletiva (CALDART, 2001, p. 37).

A construção coletiva destacada por Cardart vem de encontro com outra modalidade de ensino, a Educação Ambiental, a qual nos permite compreender com mais profundidade a realça sociedade/natureza.

Assim, acredita-se que a Educação Ambiental precisa fazer parte desta contextualização e união entre saberes universais, contextualizados. A educação ambiental torna-se possível dentro da escola através da discussão dos temas transversais. Ainda sobre a Educação ambiental, acredita-se que:

[...] enquanto saber que, por força das políticas públicas implementadas no Brasil precisa ser trabalhada na escola enquanto tema transversal, entendida a partir desta compreensão, ganha contornos políticos e assume papel transformador, uma vez que compreender a Natureza como totalidade na qual o próprio ser social está inscrito, é compreender que as relações materiais de produção da vida social desenvolvem-se como relações materiais de produção da própria natureza, ou seja, que há uma relação dialética entre o desenvolvimento das relação de produção humanas e o desenvolvimento da natureza não-humana (BIGLIARDI & CRUZ, 2012, p.324).

Entender a Educação Ambiental ligada com os demais conteúdos nos possibilita uma leitura crítica da sociedade, das estratégias de classe (dominação dos proletários), de interesses de grandes empresas, e por fim, de destruição da natureza. Todos esses temas estão ligados dialeticamente, um precisa do outro para continuar a desenvolver e

consequentemente a utilizar matéria prima da natureza. Dessa forma, caminha-se para a autodestruição tanto da natureza quanto do homem, devido as políticas e meios utilizados em prol do desenvolvimento. Nesse sentido tem-se a contribuição de Cruz:

Neste contexto, temos compreendido a Educação Ambiental para além de um simples campo do saber, mas como a estratégia político-pedagógica para emancipação dos sentidos humanos acerca dos fundamentos do modo de produção material de nossa sociedade, que guarda em sua essência o fundamento desta crise de proporções civilizatórias que vivemos. Neste sentido, sentimos necessário que tenhamos presente a indissociabilidade entre o gênero humano e natureza que lhe é externa (e que lhe garante a vida física) e a necessária dependência dialética entre ambos (CRUZ et al, 2013, p.103).

Além disso, compreende-se que o homem não sobrevive sem a natureza, pois é parte dela. Contudo a premissa contrária não é verdadeira, uma vez que a natureza existe e desenvolve-se sem a presença do homem. Seguindo com a contribuição de Cruz, destaca-se que:

Isto nos permite compreender que o importante para a Educação Ambiental não é centrar-se na natureza propriamente dita, no seu modo de se desenvolver e nas influências que o ser humano sobre ela produz, mas ao contrário, temos entendido que a Educação Ambiental necessita centrar-se nas relações humanas, no modo de produção da vida social, entendendo que a influência do ser humano sobre a natureza que lhe é externa (CRUZ et al, 2013, p111).

Demonstra-se então, o papel da educação como questionadora da própria sociedade e da ideologia vendida às demais pessoas acerca do que seria uma “vida ideal”⁵, controlando os modos de vida de todos. Ainda, o que se propõem neste artigo é uma união entre Educação Ambiental e Educação do Campo, pois entende-se que há uma interrelação de proximidade no que tange o tema meio ambiente.

Nesse aspecto ambiente da escola do campo é um lugar onde pode-se conhecer, problematizar, criticar e valorizar os conhecimentos próprios da agricultura, além dos conteúdos de uma formação que integra a qualificação social e profissional, nesse sentido Caldart acredita em:

O aprendizado da paciência de semear e colher no tempo certo, o exercício da persistência diante dos entraves das intempéries e dos que se julgam senhores do tempo. Mas não fará isso apenas com discurso; terá que se desafiar e envolver os educandos e as educadoras em atividades diretamente ligadas a terra (CALDART, 2001, p. 35).

Essa ligação com a terra a qual Caldart destaca, por vez é feita de modo agressivo, por falta de conhecimento das questões ambientais. Nesse aspecto a educação ambiental vem a

⁵ A ideia de vida ideal expressada neste artigo é uma ideologia que por meio de estratégias nos torna objetos manipulados a partir dos interesses das grandes empresas que possuem o desejo de vender seus produtos. O termo vida ideal então é pautado nos padrões de consumismo exacerbado.

para agregar conhecimento na educação do campo, bem como despertar nos educandos a ideia de eles fazem parte da natureza e, portanto, devem conhecê-la e cuidá-la.

Nesse sentido, a educação do campo é uma estratégia de reagir a uma ideologia que nos afasta da natureza. Além disso, ao buscar idealizar uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário, antes de qualquer coisa, analisar e revisar conceitos adotados pelo senso comum. É necessário desconstruir preconceitos há muito tempo existentes, e arraigado na sociedade, afim de promover uma minimização das desigualdades educacionais.

Além disso, torna-se necessário discutir sobre que tipo de futuro se quer construir e qual efetivamente está sendo construído. A partir de uma análise da sociedade, Lessa (2011), expõe uma vida desumana, onde não acontece uma reflexão se realmente há uma necessidade de se viver nessas condições ou se poderíamos mudar e resistir as consequências do capitalismo desenfreado.

Assim o presente artigo objetiva apresentar algumas reflexões acerca da Educação Ambiental, em união ao aporte teórico-empírico da educação do campo sob a ótica do materialismo histórico-dialético, tomando como referência uma experiência de ensino de Geografia realizado em uma escola do campo no município de Agudo, localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, Figura 1.



FIGURA 1: Localização da escola em estudo.

A necessidade de relacionar Educação do campo com educação ambiental deu-se por uma maior compreensão de ambos os conceitos e suas práxis frente aos desafios sociais e ambientais que nossa sociedade tem encontrado na contemporaneidade.

2. Metodologia

Para elaboração deste artigo procurou-se fazer um levantamento acerca das publicações de artigos científicos sobre educação ambiental bem como educação do campo. Para tanto, fez-se necessário uma análise sobre educação ambiental e sua relação com a pesquisa descrita nesse artigo. Nesse sentido, buscou-se relacionar a educação ambiental com educação do campo sob a perspectiva do materialismo dialético. Posteriormente aliou-se a pesquisas e observações em campo. Dessa forma esta pesquisa caracteriza-se como empírica-teórica.

Buscou-se abordar a educação ambiental quanto ao seu conceito e sua práxis com as atividades em uma escola do campo. No que se refere a educação do campo buscou-se compreender primeiramente seus aspectos conceituais e posteriormente averiguou-se em

campo como se dá sua práxis. Assim realizou-se uma discussão sobre o que acontece no cotidiano da escola, para aí sim apresentar a nova proposta.

Para elaboração deste artigo procurou-se fazer uma revisão detalhada acerca das publicações do período de (2010-2015), da revista educação ambiental. Porém, são descartadas as edições especiais, logo no ano de 2015 não foram encontrados artigos, uma vez que a revista apenas publicou edições especiais.

No ano de 2014 foram escolhidos os artigos pela temática que mais tinha relação com a formação dos autores. Assim também foi realizado com os anos subsequentes da revista. De posse dos 44 artigos selecionados, foi necessária uma averiguação mais detalhada a fim de chegar a amostra de 20 artigos. Dessa forma, buscou-se uma relação com formação de professores, abordagem emancipatória, relação dialética e por fim, artigos que tivessem uma abordagem ambiental ligada ao capital. A isso se acrescenta a educação do campo, como pano de fundo, encima do qual foi discutido essa reflexão teórica.

Na etapa seguinte foram lidos os artigos e realizou-se de uma análise crítica do conteúdo, relacionando com ideias providas da geografia e da pedagogia, e da compreensão da disciplina de Educação Ambiental e Sustentabilidade, originou-se o artigo em questão. Ainda, buscou-se entender as ideologias impregnadas na teoria defendida pelos autores. Essas teorias serviram de base para compreender e relacionar a Educação Ambiental com a Educação do Campo a partir de trabalhos de campo.

Também foi buscado apoio teórico em Publicações do Ministério da Educação e Cultura, e em bibliografias básicas de Educação do Campo.

A essa pesquisa acrescentou-se a teoria sobre a educação do campo, como pano de fundo, sobre o qual foi discutido essa reflexão teórica. Para averiguação de como estava sendo debatida a Educação Ambiental, dentro de uma escola do campo, foi desenvolvida uma pesquisa *in loco* na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, localizada na Linha dos Pomeranos, no interior do município de Agudo-RS. Nessa pesquisa *in loco* observou-se aulas de geografia no 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, no ano de 2015.

Na etapa seguinte foram lidos os artigos e realizou-se uma análise crítica do conteúdo, relacionando com ideias provindas da pedagogia, da geografia, na qual se originou o artigo em questão. Ainda, buscou-se entender as ideologias impregnadas na teoria defendida pelos autores. Assim,

Entendendo a ideologia como um fator determinante no espaço de disputa educacional, o materialismo histórico e dialético entra nesse campo, ganha novos contornos, afirma outros e, muitas vezes, acaba por ser rechaçado como antiquado, principalmente em virtude de outras correntes que entram também nessa disputa com “novos” olhares sobre a realidade. No entanto, é esse marxismo que denuncia o

caráter contraditório – inegável – do modo de produção capitalista e que nos alerta para as possibilidades de transformação (RODRIGUES & LOUREIRO, 2014, p.312-313).

Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa que tenta perceber a relação das partes com o todo. Tem-se como finalidade encontrar um resultado mais justo, exato do que se acredita ou defende como sendo relevante na Educação Ambiental, principalmente amparado pelas reflexões encontradas nas publicações da revista em questão. A respeito disso, segundo Cruz:

[...] ressaltando que toda a qualidade se apresenta como a unidade de quantidades determinadas, filiamo-nos a uma abordagem qualitativa do fenômeno de pesquisa, desenvolvendo a compreensão de que podemos conhecer a essência e o fundamento dos fenômenos materiais, as leis de seu movimento, conhecendo suas qualidades determinantes e a forma de sua interação. A interação das qualidades – em cujo interior reside certa quantidade – que determinam o fundamento e as leis do desenvolvimento do fenômeno, estamos chamando totalidade. A totalidade é uma representação, uma abstração altamente elaborada, que jamais se restringirá ao concreto meramente sensível, mas buscará conhecer suas contradições internas, seu movimento, suas leis e fundamentos, suas relações, é a mais completa e profunda abstração sobre o fenômeno material (CRUZ et al, 2014, p.41).

Acredita-se que, a partir dessa pesquisa será possível contribuir com o conteúdo produzido em relação à temática Ambiental como um todo. Conhecendo e interpretando esse mundo das ideias, será possível descrever as múltiplas teorias e ideologias que o compõe.

Ademais, foi feita uma relação com a educação do campo por ser uma temática que defendemos em nossas reflexões e por acreditar que esta tem muito a contribuir com a questão ambiental. Além disso, buscou-se a união de ambas a fim de encontrar um ponto em comum.

Destaca-se também que a revisão teórica não estagnou apenas na análise das publicações, mas também contou com autores já discutidos e lidos em outras oportunidades. Procura-se desenvolver como resultado dessa pesquisa, uma reflexão máxima possível sobre o fenômeno pesquisado, em dado momento histórico, ligando com todo um arcabouço de ideias que vem sendo construído e reconstruído pelo movimento de informações do qual vivenciamos constantemente.

3. A Busca de Resistências ao Capitalismo Selvagem e Questão Ambiental na Educação do Campo

Acerca da relação do homem com a natureza Lessa (2011), acredita na antecipação consciente do resultado de nossas escolhas e na objetivação, que seria propriamente o resultado material de uma ação gerada pelo trabalho. A cada momento surgem novas

necessidades que implicam em novas atitudes acerca das possibilidades que se tem e consequentemente a novos resultados.

Para cada ação tem-se uma aprendizagem em experiências e habilidades, para tanto viver também e aprender, no sentido de construção e reconstrução do que somos e acreditamos. Cada atitude gera uma mudança na sociedade, pois se nós a constituímos, quando nos reconstruímos também estamos reconstruindo a própria sociedade. Sobre essa relação de construção e reconstrução concomitante entre homem e natureza, para Morrone:

Neste movimento a própria natureza humana é construída e modificada constantemente e, segundo o autor, com o surgimento do modo de produção capitalista, com o aparecimento da burguesia explorando os trabalhadores e degradando aceleradamente a natureza, nasceu a possibilidade histórica dos oprimidos construírem a transformação por completo do modo de produção existente e, com ele, a ordem social vigente ao mesmo tempo em que ressignifique a relação das sociedades com a natureza, produzindo outras relações socioambientais (MORRONE & MACHADO, 2010, p.67).

Uma pequena resistência ao capitalismo pode iniciar dentro de própria casa, a partir de uma análise do que realmente precisamos para sobreviver e o que podemos fazer para não dependermos do consumismo. Desde que nascemos, somos influenciados pela sociedade e somos o resultado dessas influências. Assim,

Basta ver que atualmente tudo indica que o crescimento material infinito poderia terminar em um suicídio coletivo. São indissociáveis os efeitos do grande aquecimento da atmosfera ou da destruição da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação dos solos ou do rápido desaparecimento de espaços de habitação das comunidades locais. (ACOSTA, 2012, p. 199)

As revoluções surgem para que se rejeite este processo de construção de um não “eu”, no qual o consumismo dita as regras que devemos seguir. Pressupõe-se que toda revolução, contrariando a imposição do capitalismo, inicia de uma pequena mudança, que precisa ser persistente para alcançar o reconhecimento de mais pessoas, em uma luta cotidiana a partir do que se acredita. Independentemente do tipo de sociedade, capitalista ou socialista, é importante ter a consciência que precisa ser modificada a situação de “escravos” do consumismo em que a maioria das pessoas se encontram. Ainda, para Cruz:

A resposta para este dilema nos parece óbvia, mas de difícil implementação: produzir para satisfazer as necessidades humanas – e não as necessidades do capital – em um sistema em que os produtores livremente associados produzem a riqueza material na medida em que seja necessário para o seu consumo, em outras palavras, se a produção for orientada para a satisfação das necessidades sociais e não para a acumulação de excedente, não só temos a superação do dilema da produção x lucro, como também temos superada a questão da produção destrutiva em face da natureza (biológica e social) (CRUZ et al, 2013, p.113-114).

Esta estratégia nos parece possível, em longo prazo onde, principalmente o pequeno produtor, passe a diversificar a propriedade no intuito de garantir a auto sustentabilidade

da mesma. Esse assunto pode ser discutido inicialmente nas escolas, como pode ser visto na Figura 1. Essa figura representa uma maquete construída pela turma do 6º ano em uma aula de geografia. O intuito da construção dessa maquete foi representar uma propriedade local com as características naturais como relevo, geologia, solos e hidrografia. A partir destas características locais foi proposto aos alunos destacarem as principais culturas ou atividades que poderiam ser produzidas nessas pequenas propriedades sempre respeitando as características físicas de acordo com suas fragilidades e aptidões ambientais. Dessa forma a maquete traz uma forte relação entre Educação do Campo e Educação ambiental, pois ressalta os saberes locais dos educandos e acrescenta o saber ambiental, ensinando-lhes a respeitar a natureza.



FIGURA 2: Maquete representando a diversificação e auto sustento de uma propriedade, construída na turma do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, município de Agudo-RS.

Ao longo do tempo essas ideias vão sendo discutidas internamente entre as famílias, que vão aceitando e aprovando as estratégias, para no futuro, poder envolver toda a comunidade. Conforme o produtor consiga retirar sua alimentação da propriedade, não dependerá do capital. Contudo atualmente, devido a precariedade das condições de saúde, entretenimento, etc., torna-se impossível renegar a este sistema uma vez que dependemos dele para necessidades básicas. No entanto, em longo prazo, e a partir da compreensão e consenso dessa iniciativa, por parte do produtor, acredita-se ser uma alternativa que

possibilita uma solução para a crise em que vivemos. Ainda, sobre a compreensão, tem-se a contribuição de Menezes & Bertossi:

Partindo do pressuposto que na abordagem da percepção ambiental, perceber é adquirir conhecimentos pelos órgãos dos sentidos, ou seja, compreender. [...] A compreensão do ambiente por parte de cada indivíduo faz parte da consciência que buscamos nos dias atuais e nos leva a refletir sobre as atitudes e dificuldades em enxergar a natureza como algo imprescindível para a sobrevivência. [...] conhecer as características e a percepção sócio-ambiental de parte da população rural é de extrema importância para poder identificar e descrever alguns problemas ambientais, além de registrar a instantaneidade de uma opinião coletiva, seus anseios, observações e expectativas. (MENEZES & BERTOSSI, 2011, p.23-25).

Cabe salientar a importância do conhecimento, de saber o quanto algumas atitudes podem melhorar ou afetar o meio ambiente e conseqüentemente as pessoas. Outra questão, são as necessidades básicas de sobrevivência que todas as pessoas têm direito. A falta de acesso a necessidades básicas, muitas vezes, é a realidade da maioria das pessoas que dependem da agricultura familiar, que se obrigam a plantar um excedente para poder pagar caso necessite de atendimento médico, material escolar entre outros. As pessoas têm se acostumado a viver desassistidas pelo poder público e buscam formas de se prevenir em relação a futuras necessidades. Assim, orientar para que estas passem a plantar apenas para consumo próprio, inicialmente é inaceitável, devido a problemas já enfrentados pelos agricultores em outros momentos, no entanto estratégias que melhorem a qualidade de vida são sempre aceitas e precisam ser o início para no futuro poder alcançar uma grande mudança final que seria a produção para subsistência.

Em uma sociedade que visa atender aos interesses de um sistema econômico, embasado na obtenção do lucro a qualquer custo, a problemática ambiental foi, por muito tempo, ignorada. No entanto, discussões existentes sobre ela, nos últimos anos, têm envolvido as diversas áreas do conhecimento em debates, buscando a melhor maneira de abordar o tema.

Segundo Dias (2011), as alterações ambientais, decorrentes dessa relação histórica “sociedade-natureza”, têm gerado intensas discussões em todos os segmentos da sociedade. O marco dessas inquietações do homem moderno com o meio ambiente, incorporando questões sociais, políticas e econômicas, com o uso dos recursos deu-se em 1968, com o chamado Clube de Roma, onde um grupo de grandes empresários capitalistas contratou uma equipe integrada por especialistas de várias áreas para avaliar as condições ambientais do mundo e os limites do crescimento econômico.

Ainda de acordo com Dias (2011), nos anos seguintes, os debates foram incentivados através da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, com a criação de políticas para gerenciar as atividades de

proteção ambiental através do Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Apenas em 1983 foi realizado o segundo grande evento organizado pela ONU, no qual foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e formada a base para os eventos seguintes como a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que preconizou a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo. A terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada de Rio+10, ocorreu na África do Sul em 2002, evento que aprovou o Plano de Implementação da Agenda 21,

Dos resultados das conferências sobre meio ambiente, destaca-se o relatório “Nosso futuro comum” (ou Relatório Brundtland) de 1987, que oficializa o termo desenvolvimento sustentável, e a Agenda 21 de 1992, trazendo metas para atender as necessidades do presente, sem comprometer o atendimento das gerações futuras, além de buscar a solução para os problemas ambientais. No entanto, é necessário que se repense o conceito de desenvolvimento sustentável pelos seguintes motivos:

Enfim, enquanto o ecodesenvolvimento postula com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna, e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo. Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas (LAYRARGUES, 1997, p.4).

O Relatório Brundtland, foi apenas uma maneira de permitir que países de primeiro mundo, continuem a se desenvolver extraindo matéria prima da natureza. Tem-se uma tentativa de iludir a sociedade, vendendo uma ideia de que é possível desenvolver sem comprometer a natureza. Para isso criaram a estratégias de reciclar e de reutilizar o que antes já havia sido retirado da natureza. Mas se inicialmente é necessário utilizar matéria prima da natureza e considerando as grandes proporções em que essas empresas produzem, provoca também grandes destruições a natureza.

Na educação do campo, a questão ambiental também só começou a ter mais ênfase atualmente. A temática ambiental deve ser uma prática educativa que vise produzir autonomia e não a dependência, buscando a emancipação de sujeitos, tornando-se um instrumento de transformação, visto que capacita o educador e o educando a intervir na transformação da sociedade. Porém, para consolidar-se como prática, torna-se necessário, primeiramente, ampliarmos o nosso olhar e reconhecer o meio ambiente como um espaço de inter-relações existentes entre fatores químicos, físicos e sócios culturais.

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo da natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente (CARVALHO, 2006, p. 37).

Entende-se que na educação do campo a questão ambiental como uma prática reflexiva, proporciona e estimula uma leitura crítica da realidade e uma compreensão dos problemas e conflitos ambientais nela existentes. Com isso, formam-se sujeitos capazes de decidir e atuar como agentes transformadores, agindo e organizando-se individual e coletivamente.

A humanidade ao longo da sua evolução sempre tem buscado meios de tornar sua vida mais agradável. Percorremos por muitos caminhos em busca de melhorar nossas condições de vida, contudo sempre nos vem a pergunta de o que precisamos para ter qualidade de vida?

O poder de convencimento das mídias e do consumismo é tão ilusório que traz um sentimento de anormalidade a quem não se submeter ao sistema imposto. Além disso, tem-se uma ausência de perspectiva de futuro da grande maioria dos que aderem a este sistema, pois não se consegue exercer uma ideologia voltada para a realidade de vivência da grande maioria de pessoas, justamente porque essa ideologia não conseguiria alcançar o consumo idealizado pela mídia, contudo, não há um questionamento aprofundado sobre. Ainda, sobre as mídias destaca-se Bomfim & Piccolo:

É muito comum encontrar nos meios de comunicação uma proposta de EA limitada a um programa de higienização. Para este caso, EA restringe-se a não sujar as ruas, à coleta de garrafas e bolsas de plástico, como também ao recolhimento de latinhas de alumínio, bateria de celular, manejo sustentável de óleo de cozinha, entre outras ações. Quando avança com a reflexão, a EA passa a considerar a conduta das pessoas na vida urbana, levando em conta, por exemplo, a poluição advinda do uso dos automóveis, a contaminação dos rios mediante a liberação de esgotos não tratados, a poluição visual ligada ao consumo, entre outras. Dessa maneira, possibilita perceber a responsabilidade de indústrias, empresas e mesmo instituições públicas na poluição e degradação do meio ambiente. Remete, ainda, à percepção da subordinação que sofre o campo (setor rural) em relação à degradação ambiental advinda dos modos de vida urbanos (BOMFIM & PICCOLO, 2011, p.192).

Ainda, é interessante propor aos educandos a elaboração de trabalhos com os principais problemas ambientais existentes no município onde vivem e produzir propostas para evitar ou minimizar estes problemas. A partir da compreensão dos problemas e soluções locais, pode-se avançar para uma escala maior, como pode ser visto na Figura 2.

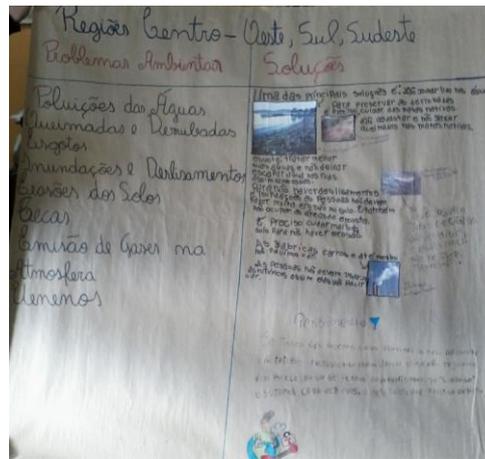


FIGURA 3: Trabalho⁶ desenvolvido pela turma de 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio no município de Agudo-RS.

Essa figura representa um cartaz produzido pela turma do 7º ano da Escola Santo Antônio. O cartaz foi uma proposta desenvolvida nessa turma onde os alunos foram divididos em grupo, cada um com uma região do Brasil, aonde deveriam construir um mapa e um cartaz da Região escolhida, e posteriormente apresentar os principais problemas ambientais, sociais e econômicos encontrados nessa. Posteriormente pensar em alternativas para possíveis soluções para estes problemas. Além disso, tinham que produzir um relatório relacionando com o lugar onde vivem e apresentar para os demais colegas.

Este tipo de trabalho demonstra a importância de desenvolver nos alunos a visão crítica sobre os problemas ambientais, mas também a necessidade de se pensar em alternativas para solucioná-los.

Outro exemplo é trabalhar a ideia de diversificação das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, contextualizando o lugar onde os educandos vivem. A isso se acrescenta a educação do campo e suas políticas que,

[...] venham ao encontro de um projeto de sociedade, menos desigual e excludente, e de uma educação emancipadora, valendo-se e valorizando saberes e vivências que possam de fato ser o meio de desenvolvimento e transformação social (SILVA et al, 2013, p.68).

Dentre esses saberes históricos, destaca-se os valores, que também são passados de geração a geração, com o intuito de desenvolver uma convivência mais tranquila, sem grandes conflitos, tanto dentro da própria família quanto com vizinhos e até mesmo com a

⁶ Este trabalho possui os problemas e sugestões ambientais das regiões oeste, sul e sudeste. Na imagem ficou difícil de ler as sugestões dos alunos, mas dentre elas pode-se destacar: Não jogar lixo nas águas, para preservar as derrubadas é preciso cuidar das árvores nativas, não devastar e não fazer queimadas. nas matas nativas, tratar melhor o esgoto, para não haver deslizamentos e inundações as pessoas não devem fazer erosões no solo e não ocupar as áreas de encosta, etc. A produção dessas atividades pode ser considerada parte inicial de um projeto para o desenvolvimento de cidadãos críticos e mais ativos inicialmente na comunidade, mas futuramente em toda a sociedade.

comunidade na qual ocorre mutuas trocas de conhecimento. Ainda, há uma preocupação com o próximo (demais membros da comunidade) que se, em algum momento, precisar de ajuda toda a comunidade se organiza para ajudar. Sobre esses valores e a vida em sociedade Domiciano aborda que:

A vida em grupo, em sociedade, compreende não só a colaboração e a ajuda mútua como também a confiança entre seus membros, desde as tarefas mais simples do dia-a-dia até os modos mais complexos de produção. E nas comunidades onde estas ocorrem, necessário se faz uma certa quantidade do que se denomina capital social, que vai facilitar a cooperação espontânea, estimular a confiança e a reciprocidade, por meio de um sistema participativo, contribuindo para o aumento da eficiência de suas ações (DOMICIANO, 2012, p.305- 306).

Além disso, podem ainda desenvolver práticas de subsistência, dentre elas plantio de pastagens, feijão, milho, mandioca, batata-doce, criação de gado, porco e galinha, dentre outras. Essas atividades tem o intuito de retirar da propriedade a alimentação própria e dos animais. Também é extremamente econômico e eficiente reutilizar o esterco dos animais para adubo orgânico nas lavouras. Tem-se assim, além de produtos para comercializar, uma produção para o autoconsumo, onde o agricultor consegue economizar nas despesas da propriedade com o objetivo de retroalimentá-la. Outro aspecto é a valorização da produção agroecológica, destacando-se o cultivo de orgânicos, em busca de uma maior qualidade de vida, uma vez que, não estará em contato com agrotóxicos, mas desenvolverá uma atuação em harmonia com o meio ambiente.

Nesse sentido, o educador quando planeja suas atividades deve levar em consideração a escola em que ele trabalha, a comunidade na qual a escola pertence e por fim as particularidades e diferenças de cada criança, porém nunca esquecendo que esses necessitam conhecer as fragilidades e potencialidades ambientais onde vivem.

4. O processo de ensino aprendizagem na educação do campo

Cada indivíduo possui uma forma de pensar e agir, uma maneira de ver o mundo. Compreende-se que a subjetividade de cada indivíduo é construída e reconstruída pelas suas vivências e sua maneira de interpretar o mundo, que é influenciada pela cultura. Sobre a subjetividade de cada indivíduo,

Há diferença nos olhares das pessoas para um mesmo lugar. Embora façamos parte de uma sociedade comum, cada um, em sua subjetividade, tem o seu modo de interpretar as coisas. Antes de analisar algumas atitudes ou ações, faz-se necessário conhecer o meio, os valores sociais, a forma de produção e sobrevivência, as relações, as histórias de vida, ou seja, a cultura (MARIA & ZANON, 2012, p.69).

Nesse sentido, é importante a compreensão das políticas públicas sobre a Educação Ambiental ligando seus conceitos com o que acontece em prática. Assim, é possível

compreender que tanto as políticas públicas quanto o próprio estado estão a serviço do capitalismo. Sobre essa temática tem-se a contribuição de Souza & Gonzaga:

Ao buscarmos analisar a política de EA e situá-la dentro de uma relação totalizadora, cuja síntese é resultado das relações sociais de produção do mundo capitalista, a compreendemos enquanto realidade social marcada por mediações e interconexões de interesses político-econômicos. [...] A EA e as políticas a ela relacionadas resultam das relações contraditórias existentes entre crise ambiental e o próprio desenvolvimento capitalista. Seguramente, ela reflete os interesses e conflitos de classes existentes no Estado capitalista (SOUZA & GONZAGA, 2014, p.150).

Procura-se demonstrar que foi com a compreensão e interpretação da relação contraditórias entre desenvolvimento econômico e natureza que se origina uma força de reivindicação que seria a Educação Ambiental, contudo ela também é corrompida pelo sistema capitalista, pelo jogo de interesses entre empresas e Estado. Dessa forma, a compreensão e interpretação nos orientam, mas não basta, é preciso acima de tudo, transformar esta realidade. Uma estratégia de transformação é através da educação problematizadora que,

[...] parte da realidade imediata e propõe uma transformação radical na forma de pensar, sentir e agir, aliada à Educação Ambiental, que também visa à mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, acredita-se que essa seja a proposta ideal, já que na era planetária é sabido que os maus hábitos locais causam reflexos mundiais. [...] A necessidade de transformação se dá em relação a atitudes sustentáveis, visto que o homem tem-se distanciado da natureza em busca do desenvolvimento econômico, sobrepujando o meio ambiente de forma opressora (MARIA & ZANON, 2012, p.65 e 66).

Paulo Freire propõe que o educador ultrapasse a barreira de um ensino mecanizado. Por esse motivo ele coloca o homem como possível objeto, onde ele desde criança é educado para servir as necessidades do Estado, como mão de obra barata para as indústrias e como instrumento do consumismo. Assim, há uma busca para modificar a educação em que,

[...]os saberes trabalhados são, via de regra, alheios à experiência existencial de educadores e educandos. Os conteúdos são comumente retalhos da realidade, desconectados da totalidade que os produz, e a partir da qual, ganham significado. A Educação, neste contexto, é apropriada como mais uma das ferramentas de dominação ideológica da classe hegemônica, desenvolvendo-se como um ato de engendrar, no indivíduo, uma consciência falsa da realidade, que o aprisiona no seu estado de ser – inviabilizando o desenvolvimento de suas potencialidades, de seu “vir-a-ser-mais” – para assim condicionar a manutenção do modelo de sociedade vigente (BIGLIARDI & CRUZ, 2012, p.328).

Nesse contexto o homem é o objeto utilizado de acordo com as necessidades de cada momento histórico. Há uma inversão do que o ser humano é para uma falsa ideia igualando-o a um objeto, apenas para reafirmar uma dominação capitalista. Acerca dessa inversão, Cruz defende que:

A questão contraditória da inversão do sujeito e do objeto, torna-se, a princípio, dentro do modo de produção capitalista, como necessário ao desenvolvimento das forças produtivas, formadora sempre da “base material” da sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é tarefa histórica do capitalismo, o que o legitima. [...] qualquer perspectiva de superar as contradições sistêmicas do capital na fase histórica de sua crise estrutural exigirá uma mudança radical no processo existente (CRUZ et al, 2013, p.116-118).

Contudo, Freire acredita que o homem é sujeito, dono de sua própria história, com valores e saberes que ao longo do tempo vão sendo testados, reinventados e revigorados. Para isso afirma,

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (FREIRE, 1996, p. 23).

Nesse contexto o estado se aproveita das divergências existentes no processo de ensino aprendizagem para manter seu poder sobre o território. Para isso cria instrumentos como a inserção de ensino homogeneizador e manipula os educadores a fim de que, os próprios educadores afastem o conhecimento prévio do educando e a sua vida cotidiana, da sala de ensino.

O Projeto Pedagógico de uma escola deve proporcionar ao educando a consciência de cidadania, que é também o sentimento de pertencer a uma realidade em que as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado, do qual ele faz parte. Portanto, o educando deve ser desafiado a se construir membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente com os valores humanísticos da comunidade a qual pertence. Para Straforini (2002),

A realidade assume nas primeiras séries do ensino fundamental o centro de todo o processo desencadeador. É na realidade que se encontra a concretude do mundo. O enfoque dado à realidade será libertador desde que não se proponha a uma descrição linear e superficial dos seus acontecimentos e objetos, mas, ao contrário, busque o entendimento, entre na sua essência e atue sobre ela, num processo contínuo de transformação. (STRAFORINI, 2002, p.98).

Acredita-se na influência do contexto sócio-histórico-cultural na aprendizagem do educando. O contexto escolar, com suas relações institucionais, também é constitutivo desse conhecimento. Demonstra-se assim, a importância dos papéis e funções sociais de adultos e crianças na construção do conhecimento.

Nessas atitudes, é necessário considerar os aspectos da especialização, especialização do trabalho, a interdependência, os elementos biofísicos da natureza, os limites e as possibilidades dos recursos naturais, compreender os conceitos de representação, legenda, posições e escala. O educador tem a responsabilidade de incluir no processo educacional a

forma com que os educandos vêm e se relacionam com o mundo que os cerca, considerando de maneira recíproca, o que acontece no dia-a-dia do lugar em que eles vivem e o que passa em outros lugares do mundo.

O espaço em que vivemos resulta de nossas experiências e interação com o meio. Para compreender o espaço é necessário inicialmente aprender a lê-lo, e este é um processo que se inicia quando o educando passa a perceber similaridades com o que está sendo estudado e o seu cotidiano. Para tanto, ele precisa saber olhar, observar, descrever, registrar e analisar o meio que o cerca.

Assim, é preciso uma educação que leve em conta as especificidades, uma vez que, cada fragmento do espaço possui formas de vida diferenciadas, o que demanda um olhar pedagógico que contemple essas diferenças, respeitando e valorizando o saber social da comunidade que ali produz e reproduz seu espaço de vida. É através da vivência do educador na comunidade escolar que se constrói os saberes ligados ao contexto da vida das pessoas, e a forma de produção no espaço tempo.

Ainda, necessita-se compreender os problemas socioambientais decorrentes do uso indevido dos recursos tecnológicos e da falta de educação ambiental do povo. Ademais, torna-se imprescindível perceber a relevância da preservação dos recursos naturais comprometida pela poluição e pelo desperdício. Para isso, é de suma importância avaliar as transformações que a natureza sofre por causa das atividades econômicas, hábitos culturais ou questões políticas, expressas de diferentes maneiras no próprio meio em que os educandos estão inseridos.

Assim, defende-se que o ambiente da escola do campo é um lugar onde deve-se conhecer, problematizar, criticar e valorizar os conhecimentos próprios da agricultura, além dos conteúdos de uma formação que integra a qualificação social e profissional.

5. Considerações finais

Um dos grandes problemas encontrados durante o desenvolvimento dessa pesquisa foi a dificuldade de compreensão da amplitude da Educação Ambiental, é preciso entender que para realmente trabalhar esse tema não basta apenas discutir questões ligadas ao lixo e a poluição, mas entender o nosso papel enquanto sujeitos ativos na sociedade. Outra questão é a individualidade de cada sujeito que possui seu tempo e suas dificuldades de compreensão da questão ambiental como um todo.

Os educadores ou futuros educadores precisam tentar, no decorrer das séries, construir um saber que possibilite a criança a conhecer o global e o local a fim de compreender um determinado conteúdo não apenas por uma face, mas a partir de todas as

faces que ele pode nos oferecer e nós possamos explorar. Além disso, cabe aos educadores, oportunizar aos educandos atividades que as insiram em um contexto cultural, afim de que estes conheçam diferenças e qualidades existentes nessas culturas, como é o caso da relação com as pessoas mais velhas, como vivem, no que acreditam, rotina, etc.

O conhecimento é construído verdadeiramente não apenas analisando um rio, seu percurso e seus usos, mas o espaço geográfico e social em que ele está inserido. Torna-se imprescindível pensar sobre qual sua importância, não apenas no aspecto agrícola, mas também dos seus aspectos ambientais, e importância social e cultural que ele tem para a sua população do entorno, comparando com outros rios existentes. Além de todas as possíveis perguntas que podem ser construídas no decorrer das aulas.

Dessa maneira, percebe-se que há muitos desafios que precisam ser alcançados no intuito de preservar o meio ambiente diante da exploração predatória da natureza causada pelo capitalismo que visa o crescimento econômico desenfreado. Deves buscar uma harmonia entre desenvolvimento social e ambiental com intuito de melhorar a qualidade de vida.

Referências

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. *Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Série Democracia. Publicado pela Heinrich-Böll-Stiftung, 2012.

BIGLIARDI, R. V.; CRUZ, R. G. O educador no contexto contemporâneo: apontamentos a partir da educação ambiental emancipatória. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.28, jan./jun. 2012, p. 320-331. <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3133> - Acessado em 13/07/2015.

BOMFIM, A. M.; PICCOLO, F. D. Educação ambiental crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.27, jul./dez. 2011, p. 184-195. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3236> - Acessado em 13/07/2015.

CALDART, R. S. A Escola do Campo em Movimento. In: BENJAMIN, C.; CALDART, R. S.; Projeto Popular e Escolas do Campo. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. *Coleção Por Uma Educação Básica do Campo*, 2ª Edição: setembro 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, R. G.; BIGLIARDI, R. V.; MINASI, L. F. Crise ambiental e crise do modo de produção: os limites sócio-metabólicos do capital. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.30, jan./jun. 2013, p. 102-119. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3571> - Acessado em 13/07/2015.

CRUZ, R. G.; BIGLIARDI, R. V.; MINASI, L. F. A formação do pesquisador da educação ambiental: reflexões a partir da categoria de ideologia. *Revista Eletrônica do Mestrado em*

Educação Ambiental, FURG - RS, v.31, jul./dez. 2014, p. 38-57. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/4623> - Acessado em 13/07/2015.

DIAS, R. *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

DOMICIANO, C. S. O capital social e a educação ambiental como elementos catalisadores de empoderamento em comunidades. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.28, jan./jun. 2012, p. 304-319. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3132> - Acessado em 13/07/2015.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. Ed. Popular, 2ª ed., São Paulo, 2011.

MORRONE, E. C.; MACHADO C. R. S. A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.24, jan./jun. 2010, p. 60-69. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3877> - Acessado em 13/07/2015.

MARIA, E. C.; ZANON, A. M. A educação ambiental a partir de um olhar Freiriano. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.28, jan./jun. 2012, p. 62-71. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3105> - Acessado em 13/07/2015.

MENEZES, J. P. C.; BERTOSSE, A. P. A. Percepção ambiental dos produtores agrícolas e qualidade da água em propriedades rurais. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.27, jul./dez. 2011, p. 22-33. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3188> - Acessado em 13/07/2015.

RODRIGUES, J. N.; LOUREIRO, C. F. B. Ideologia e Consenso na Formação de Educadores: A Educação Ambiental em Foco. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.31, jan./jun. 2014, p.308-323. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3668> - Acessado em 13/07/2015.

SILVA, A.; MARASCHIN, M. S.; HAETINGER, C. A formação de educadores do campo em consonância com o contexto socioambiental do vale jaguari/RS. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG - RS, v.30, jan./jun. 2013, p.54-70. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3583> - Acessado em 13/07/2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

STRAFORINI, Rafael. A totalidade do mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. *Terra livre*, São Paulo, v.1, n.18, p. 95-114, jan./jun. 2002.